

A. I. N° - 298742.0005/02-5
AUTUADO - COMERCIAL UNIDAS DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - ANA CLÁUDIA GOMES BARROS
ORIGEM - INFAZ SANTO AMARO
INTERNET - 19.12.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0444-02/02

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO A MENOS. Infração comprovada. 2. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DE REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. Infração parcialmente subsistente, após a adequação ao Regime Simplificado de Apuração do ICMS. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/06/02, refere-se a exigência do ICMS de R\$ 1.929,41, em razão do recolhimento a menos do imposto no montante de R\$ 200,00, inerente aos meses de dezembro de 2000 a março de 2001, na condição de Microempresa do Regime SIMBAHIA, por ter ultrapassado em 20% o limite do seu enquadramento, após considerações das notas fiscais resgatadas através do CFAMT, consoante demonstrativos e documentos às fls. 10 a 296 dos autos, como também pela falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 1.729,41, relativo a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributadas, anteriormente efetuadas, sem emissão de documentos fiscais, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, inerente ao exercício de 2000, apurada através de auditoria de estoque, conforme documentos às fls. 297 a 345 do PAF.

O autuado, em sua impugnação, às fls. 348 a 349 dos autos, contesta a cobrança das diferenças do ICMS-SIMBAHIA, na condição de Microempresa, por entender que o enquadramento nas respectivas faixas compete à SEFAZ, o que é feito automaticamente sempre a partir do mês de abril do exercício seguinte, com base nas informações prestadas na DME, cujo recolhimento é feito através da conta da COELBA.

Quanto ao levantamento de estoque, ressalta que está obrigado apenas ao recolhimento das antecipações tributárias e das parcelas do ICMS-SIMBAHIA, fixadas anualmente com base na receita bruta anual ajustada, nunca do ICMS normal sobre base de cálculo oriunda da omissão de saídas de mercadorias, a qual entende que não constitui fato gerador para as microempresas, a menos que tal valor somado às vendas declaradas do exercício e subtraídas de 20% das compras altere a faixa de enquadramento, o que não ocorreu, sob pena de “bi-tributação” do imposto.

A autuante, em sua informação fiscal, às fls. 352/353, aduz que no mês de outubro/00 o movimento de compras ultrapassou em 20% o limite do enquadramento e o contribuinte não informou à SEFAZ para que fosse revista sua faixa, como prevê o art. 386-A, § único, IV do RICMS.

No tocante à auditoria de estoque, registra não existir qualquer dispositivo regulamentar que impeça a cobrança da diferença apurada.

Em pauta suplementar desta 2ª JF, o PAF foi encaminhado ao autuante para adaptar o levantamento quantitativo à Orientação Normativa n.º 01/2002, do Comitê Tributário. Às fls. 359 a 365 do PAF, foram anexados novos demonstrativos consignando o valor exigido de R\$ 830,74 para a segunda infração, do que foi intimado o autuado para se pronunciar, querendo, sem contudo haver qualquer manifestação.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS de R\$ 1.929,41, em razão do recolhimento a menos de R\$ 200,00, inerente aos meses de dezembro de 2000 a março de 2001, na condição de Microempresa do SIMBAHIA, e da falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 1.729,41, apurado através de auditoria de estoque no exercício de 2000.

Quanto à primeira exigência, da análise das fls. 10 a 296 dos autos, observa-se que o contribuinte não declarou corretamente seu real movimento de compras, o qual ultrapassou em 20% o limite máximo da faixa de enquadramento do contribuinte, sem que fosse informada à SEFAZ a fim de determinar o novo valor mensal devido, conforme prevê o art. 386-A, § único, inciso IV, do RICMS, aprovado pelo Dec. n.º 6.284/97. Assim, foi corretamente exigida a diferença do imposto.

Relativo à omissão de saídas apurada na auditoria de estoque, com data de ocorrência de 31/12/2000, a legislação passou a prever tal infração como de natureza grave a partir da Alteração n.º 20 – Decreto n.º 7867/00 - efeitos a partir de 1º/11/00 - regulamentando o cálculo do imposto pela alíquota normal, deduzindo-se o crédito fiscal, nos termos da Orientação Normativa n.º 01/02, emitida pelo Comitê Tributário da SEFAZ/BA, de forma a se preservar o princípio da não cumulatividade do ICMS e a legalidade da exigência fiscal.

Constata-se, às fls. 359 a 365 dos autos, que tal orientação foi procedida, reduzindo o valor exigido para R\$ 830,74, do que foi acatado tacitamente pelo contribuinte. Assim, subsiste parcialmente a referida infração.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$ 1.030,74.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **nº 298742.0005/02-5**, lavrado contra **COMERCIAL UNIDAS DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 1.030,74**, sendo R\$ 880,74, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 50% sobre R\$ 50,00 e 70% sobre R\$ 830,74, previstas, respectivamente, no art. 42, I, “b-3” e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes, e mais R\$ 150,00, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b-3”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de dezembro de 2002.

FERNANDO A. BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR